

A watercolor illustration of a jaguar perched on a tree trunk. The jaguar is depicted with brown spots on a lighter tan body, looking towards the viewer. The tree trunk is brown with some vertical lines indicating texture. The background is a soft, light green and yellow wash, suggesting a natural setting.

Sobre a ancestralidade brasileira: animismo e antropofagia

por Roberta Gil

Nos últimos anos, tenho ouvido bastante, dentro do ambiente universitário que frequento, as expressões “pessoas racializadas” e “pessoas não racializadas”. Usualmente, para definir aqueles que detêm algum tipo de letramento sobre as questões étnico-raciais do Brasil e a relevância de sua autodeclaração de cor, e aqueles que não. Observo que, “pessoa racializada” pode se referir, nesse contexto, simplesmente, a pessoas pretas, indígenas e não-brancas. Estas expressões me provocam. Parece que o debate na universidade sobre ancestralidade ainda está dando passos muito ínfimos e tem o objetivo de promover a “descolonização” de diversas frentes: dos currículos escolares, das práticas pedagógicas, da abordagem histórica e da nossa reação à nossa bagagem cultural como um todo. A utilização da expressão “pessoa racializada”, contudo, denota uma lacuna na pauta, que tem salientado mais uma separação entre pessoas brancas e não-brancas no contexto étnico-racial e ancestral do Brasil.

Tem demonstrado, ainda, que buscar a “descolonização” tem sido uma iniciativa de fundações frágeis, de concentração em puramente cumprir os marcos legais 10.639/2003 e 11.645/2008 sem, ativamente, exercer a ancestralidade em si ou, sequer, pensá-la. Buscar a “descolonização” apenas repetindo métodos de ensino datados, sem conexão significativa com o meio em que se vive e está inserido, e, sobretudo, reproduzir informações visando preceitos de representatividade sem exercício da ancestralidade, acaba nos colocando em mais um labirinto de alienação a passos ainda mais lentos de atingir a grande meta de descolonizar.

Parte do resgate da ancestralidade brasileira se dá, em um dos passos mais cruciais, pelo reconhecimento de que todas as pessoas são “pessoas racializadas”: brancas e não-brancas. É preciso enxergar a branquitude para além dos e das próprias(os) pensadoras(es) negras(os). É preciso que pessoas brancas também se vejam racializadas e se sintam parte da questão da ancestralidade em exercício. Assim, poderemos finalmente entender que racialização não é exclusivo de corpos incessantemente feitos marginais, como os de pessoas negras, indígenas e não-brancas e fala sobre a ancestralidade brasileira em si e a construção identitária sobre ela.

Apesar da importância inegável e indiscutível de um “viés ancestral” para atingir o objetivo de descolonização metafórica de temas pouco conectados à descolonização literal (demarcação de terras e redistribuição agrária) (1), há uma escassez de pesquisas que caracterizem a natureza da ancestralidade brasileira e como nossos espíritos sobrevivem em meio a tentativas de apagamento e dificuldades de reconhecimento dela na contemporaneidade. Há pesquisas, em números cada vez mais crescentes, sobre passado indígena e passado africano e suas identidades e sobre como podemos fazer uso dessas informações no ciclo básico escolar.

Há pesquisas sobre ancestralidades específicas, regionais, pontuais, e há pesquisas sobre genealogias e dinâmicas corporais que demonstram a sobrevivência de hábitos culturais significativos para manter a memória de um determinado povo viva.

1 Aqui eu penso no texto “A descolonização não é uma metáfora”: TUCK, Eve; YANG, K. Wayne. La descolonización no es una metáfora. *Tabula Rasa*, n. 38, p. 61-111, 2021.

Porém, ainda assim, existe um decalque na “ancestralidade nacional” (2) como um todo, enganada com a incapacidade de reconhecer seu passado violento e encará-lo, um inefável senso de ausência, ou até confundida com a urgência difundida no senso popular de negar as persistências dessa violência colonial até os dias atuais. Decalque esse que muito ainda nos afasta da valorização da sabedoria dos nossos povos tradicionais e nos aliena quanto a nossa conexão com a natureza, com o mundo, com o tempo presente e com a mudança.

Penso que a ancestralidade não é um fator que pode ser observado através de uma dicotomia religiosidade/história, e sim que precisa ser estudada e nutrida através de estratégias diárias e frequentes de trazer o corpo brasileiro a um trânsito constante entre animismo e antropofagia.

**A sobrevivência do ancestral no
nosso contexto se dá,
majoritariamente, em esforços
conjuntos e perenes de romper as
violências das relações sociais
restantes da colonização.**

Em parceria com comunidades tradicionais, podemos aprender caminhos antigos para nos reconectarmos com construções de pensamento e entendimento de mundo que já existem há milênios, como na pesquisa e palestra “Cuidar da Ancestralidade” de Kaká Werá. Mas podemos, sobretudo, tornar mais significativas as nossas presenças no mundo de hoje, em desobediência às bases rígidas do imaginário colonial.

Romper com iniciativas que nos instruem a viver uma vida com pressa (3) é uma estratégia valiosa. Em contraponto, a sobrevivência sem pressa no e ao mundo capitalista tem sido cada vez mais difícil de desenvolver. Nesse sentido, acredito que tecer perspectivas sobre vida, morte, tempo, racismo e sobrevivência em uma realidade hostil nos aproxima uns dos outros e é um jeito de resistir e legitimar o poder de estar presente em uma vida renegada.

Tenho um interesse pessoal pela frieza proveniente do modo de viver Ocidental-contemporâneo. Eu acredito que há um grande distanciamento entre as pessoas e o presente delas. O presente é mórbido, plástico e sempre arquitetado pelo invisível. Vivemos pensando no futuro – mas um futuro do qual que não participamos – e na quantidade de coisas que conseguimos produzir o mais rápido possível, no menor período de tempo; tempo que nunca é o presente vivido. Nós – e falo nós que integralmente compomos este tipo de sociedade – , na grande maioria das vezes, não consideramos, de forma ativa, que colocamos essência em nada em que fazemos, e isso para mim parece absurdo. Me parece assim, talvez, por ser artista plástica e por acreditar estar transferindo pelo menos um pouco da minha energia para cada objeto que produzo e já produzi. Ou talvez por me recusar a acreditar que objetos de artesanato tanto produzidos entre milhares de anciãs e anciãos no Brasil não são também objetos artísticos tão relevantes quanto um objeto artístico “mais formal”, justamente porque integram muito mais o

3 Aqui penso na leitura do livro “A vida não é útil” de Ailton Krenak. Ele, em muitas ocasiões, e em outros livros e palestras também, aparece discursando sobre vida cotidiana e sobre como viver com pressa é muito mais uma forma de nos adoecer no mundo capitalista do que de viver em si.

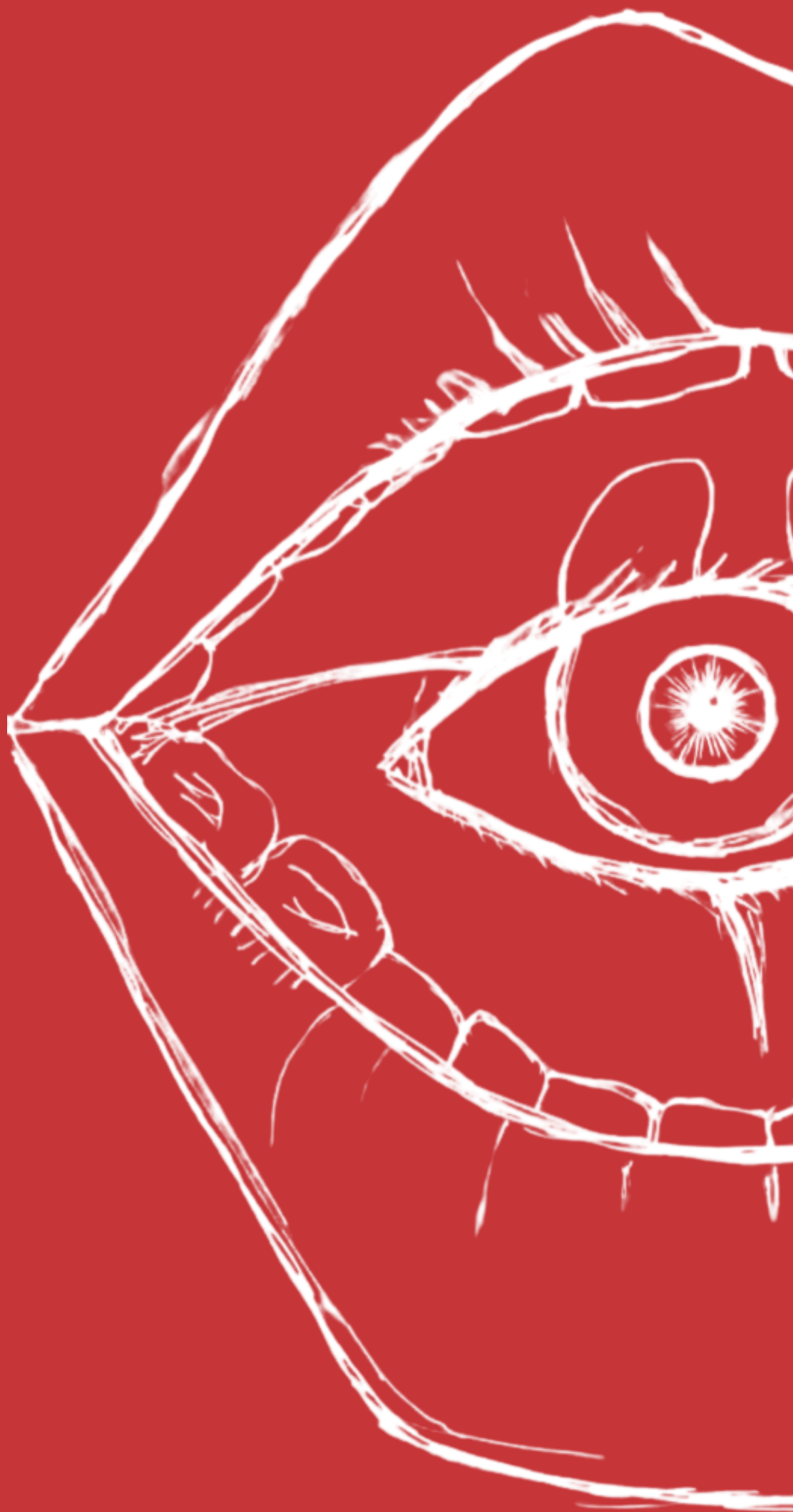
cotidiano do que à produção de conceitos, inclusive considerando a relação afetiva desses objetos com a nossa sociedade. Em ambos os casos, acredito que a raiz dessa concepção seja o caráter mecânico de produção, vindo da indústria do sistema capitalista atual que, por si só, é uma grande sucessão de acontecimentos mortíferos, que nos aproximam de um passo de tempo fictício e nocivo a todos os modos de viver, mesmo aqueles beneficiados dentro desse sistema. E, é claro, a motivação racista/colonial de tudo.

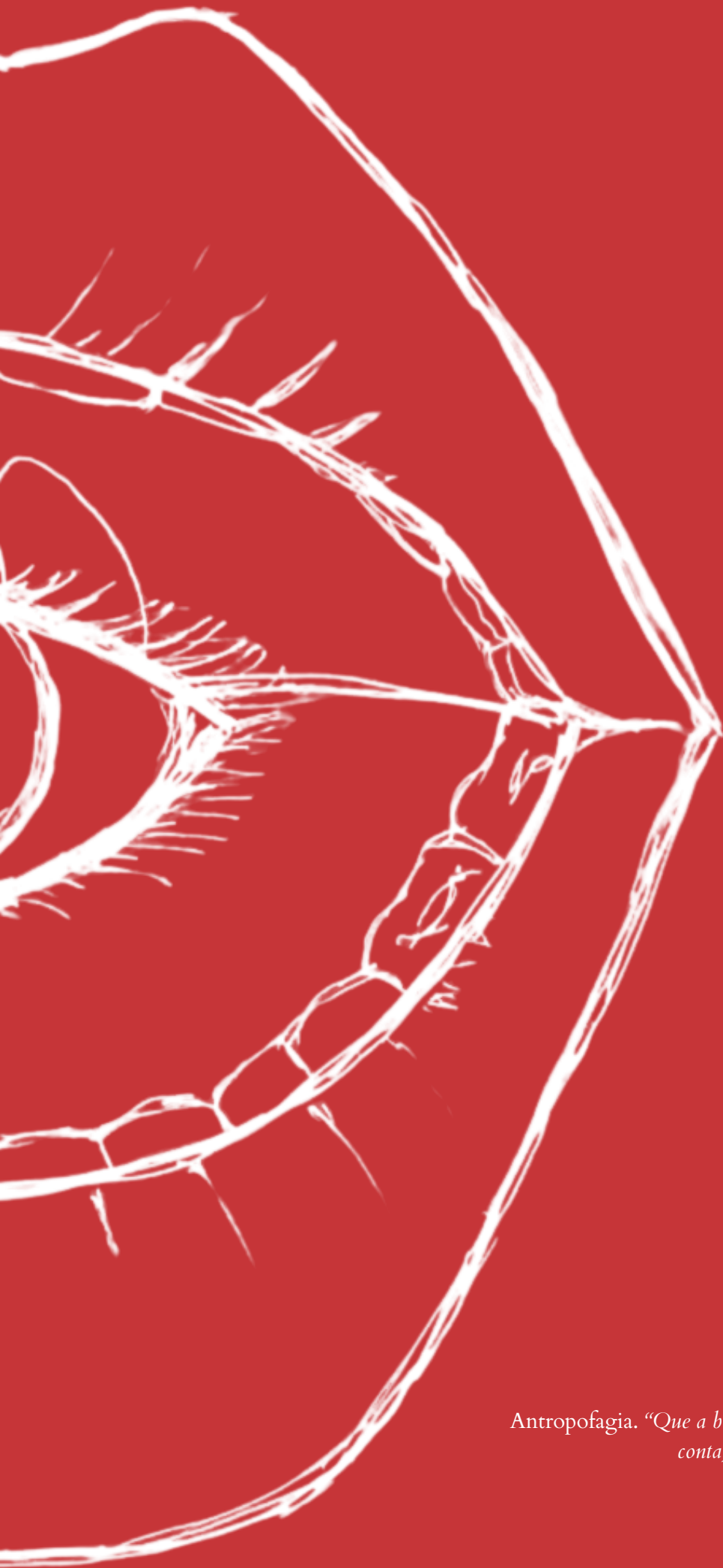
Em sociedades tradicionais, o cotidiano em si é identificado como sagrado, pois a vida é sagrada e se vive com ‘calma’. O sagrado é buscar o equilíbrio entre todos os seres e isso acontece o tempo todo. Argumenta-se, no meio artístico, que arte como percebemos no mundo Ocidental não exista no mundo ameríndio porque (argumenta-se) não existe palavra e separação no contexto indígena para o que percebemos como arte no mundo Ocidental. Mas quero falar sobre a essência e o espírito nas coisas naturais e não naturais; então, para mim também não faz sentido que separemos a conceitualização de objetos artísticos “inúteis” de “praticamente úteis”, utilizados no cotidiano. O cotidiano, para mim e aqui, é muito valorizado, porque é onde encontro as maiores dificuldades em viver para além do sistema. A frieza que cito é a frieza de perder-se mediante a infinidade de obrigações e ao sequestro do Tempo que experienciamos quando abrimos mão de quem somos para nos identificarmos como peça produtora. Nem força produtora, mas peça. Falar sobre ancestralidade no contexto brasileiro conversa muito com essa percepção, pois diante de uma multiplicidade de religiões e uma rica historicidade, a nossa produção de sentido parece conectar-se muito mais com viver no

presente e resgatar o passado para entendermos que tipo de presente podemos reconstruir do que pensar em moldar um futuro.

De tempos em tempos, eu considero que o capitalismo é um grande desenvolvimento de mais uma expressão do medo humano. Medo da morte e medo do desejo. A lógica do acúmulo e da conquista assegura grandiosidade o suposto conforto, desde o início das respectivas proliferações de materialismo e ‘progresso’: a promessa e pressão do *querer* na sociedade industrial consome sonhos, consome o mundo, consome relacionamentos e se alastra como um tipo de ramificação esguia, oportunista e virulenta. Cria contos como a meritocracia e, pela força de divulgação, torna-se difícil se curar desse tipo de estratégia de controle. A comensalidade do “querer” na sociedade capitalista é partida de uma posição condicionada, fabricada por outro alguém que não o próprio indivíduo, mas sim o dinheiro e a compra. Pensando a angústia e o desejo, como é difícil a busca da satisfação e do viver sadio sem recursos monetários e consciência de classe nesta sociedade em que habito... Eu penso que participar na corrida da conquista, enquanto não se busca o motivo da conquista, enquanto se observa condições piores à volta, é uma determinação de desconforto que camufla a angústia original, característica da falta que o ser humano sente de equilíbrio e completude, e que permite a atuação da alienação cultural na profundidade do espírito.

Deixamos de pensar nas outras pessoas, por exemplo. Nossos valores de família, amigos, serviço, alimentação, bens culturais e, principalmente, nossos hábitos culturais, sofrem deformações determinadas por um





Antropofagia. “Que a boca originária devore seu olho e o que ele conta, colonizador” por Carlos Pereira, 2023

organismo super-operante, invisível e que, por variados motivos, é muito difícil lutar contra. Tal força de sentimento, colocada à mesa por mídia, propaganda política, violência policial e cultural, nos promove cegueira sobre a condição coletiva. Anos de sobrevivência colonial, no caso do Brasil, com estes dispositivos de controle sobre nós, atuam sobre nossos inconscientes e nos forçam a acreditar que devemos consumir apenas estes dispositivos, como nossas poucas opções de cultura e identidade, se é que temos a impressão de ter opções. Assim, nós vivemos acelerados, impacientes, com recursos sempre escassos, discussões humanas repetitivas e com pouca a nenhuma consideração pelo outro, tamanha urgência em viver nas frestas das inalcançáveis virtudes da moral e dos bons costumes que não representam ninguém de verdade.

Pela antropologia, Tylor (1871) (4) descreve uma das muitas hierarquias culturais na História do Ocidente ao definir animismo (a crença da vida em outras percepções de portadores de força vital) como epistemologia falha e religião simples – uma concepção que nos segue até os dias atuais no senso popular colonizado. A repetição desse tipo de hierarquização pelos dispositivos de controle é o tempo todo reforçada por diferenciações sutis no cotidiano, reforçando uma bestialização de corpos já marginalizados pelo próprio nome que a língua falada se refere a eles: *indigen*, indígenas (Conceição Evaristo, 2020). Tylor relaciona o animismo com o pensamento

infantil, um raciocínio inferior, partido de povos com modos de pensar ainda subdesenvolvidos. Bird-David, em *Animismo Revisitado*, escreve que Tylor propõe também que animismo teria sido fruto de uma tentativa de criar ciência, onde o homem criou acidentalmente a religião. Durkheim (1960) em seus escritos defende que o modelo de pensamento animista é errôneo e infantil, apesar de tentar oferecer argumentos com maior credibilidade para o estudo do processo de crença quando escreve sobre dualidade do ser e totemismo. Bird-David também escreve:

“Os teóricos clássicos (argumentasse) atribuíram suas próprias ideias modernistas de pessoa aos “povos primitivos”, enquanto afirmavam que os “povos primitivos” conferiam sua ideia de pessoa às outras coisas. Isto levou os teóricos a prejudicarem a atribuição de “pessoa” a objetos naturais como algo empiricamente infundado e, conseqüentemente, a dirigirem o esforço analítico para explicar o motivo pelo qual determinados povos assim o fazem, como também “por que” e “como” (contra todas as aparências) suas “crenças” não constituíam parte de seu conhecimento prático, senão, na melhor das hipóteses, uma parte de suas representações simbólicas, ou uma conjectura equivocada.” (Bird-David, 1999)

4 Edward Burnett Tylor (1832-1917), antropólogo, professor e escritor. Escreveu *Cultura Primitiva*, em 1871 e este se tornou sua obra-prima no meio antropológico.

Animismo, na episteme e tradição Tupi (Kaká Werá, 2020), é parte do Corpo da Consciência. A ancestralidade na cosmopercepção Tupi tem como essência a possibilidade de enxergar a vida não só em dimensões diversas e camadas que variam de acordo com sabedorias ancestrais em um só corpo, mas também como em pluralidade. Segundo a pesquisa de Werá, que tem como foco a importância de cuidar da ancestralidade, existe um consenso de sete níveis de consciência, em macrodimensões desdobradas em três mundos. Mundo do alto: Plenitude, Serenidade. Mundo do meio: Modelação/ Criação, e Coesão/ Compaixão. Mundo de baixo: Personalidade, Pertencimento, Estabilidade/ Segurança. A ancestralidade ancora o material e o imaterial, sustenta fundamentos essenciais para a vida, como harmonia, saúde e prosperidade, elementos fundamentais para a estruturação do nosso cotidiano da forma mais simples posta: nosso cotidiano físico, o que nos habilita a funcionar enquanto organismos viventes e componentes da vida em sociedade.

No discurso de sua pesquisa, ele nos apresenta, também, como funciona o Corpo que ancora os níveis de Consciência: por sua vez, através de quatro camadas. A camada da Ancestralidade Cultural, que representa o inconsciente coletivo, corpo coletivo por afinidade vibratória que dá sentido de pertencimento e representa um amplo conjunto cognitivo com desenhos da realidade, ideias e crenças que estruturam uma nação. A camada Espiritual que representa arquétipos, mitos, virtudes, conexões imateriais e fundações de valores. Mito como saber imemorial preservado em uma estrutura histórica e simbólica. A camada Anímica e a camada Genealógica.

Tomando como destaque a camada Anímica, mesmo Werá, na apresentação de seu trabalho, faz uma distinção ligada à possível desimportância ou inferioridade da conceitualização de animismo da nossa sociedade. Ele nos especifica que animismo aqui não é “algo menor”, “coisa de crença”, mas um princípio de que todo objeto naturalmente uma vida, uma alma. É curioso que ele cite tal especificação de animismo porque toca exatamente no ponto da frieza da sociedade Ocidental. Não acredito que ir contra a definição antropológica europeizada clássica seja algo negativo, pelo contrário, é preciso reiterar a diferença entre a subjulgação dos povos tradicionais e a verdadeira profundidade e embasamento da sua cosmopercepção. A fala acaba provando que ainda há uma sobrevivência espessa da separação entre “indígena” e “homem” no que diz respeito a epistemologia compartilhada e divulgada no meio científico. Isso me incomoda e provoca a minha lembrança de um relato que li recentemente na revista *Senso* de 2019.

André Grimião, no texto “Mestre Zé Pilintra – breves reflexões catimbozeiras” nos conta um pouco da sua jornada a Recife para conversar sobre sua co-autoria científica com a entidade Zé Pilintra. Em seu caminho entre terreiros e relato, destaco uma passagem que considero que conversa conosco quando falamos de dificuldade de coexistir com a frustração da persistência do pensamento colonial:

Embora a identidade “juremeira”/ “catimbozeira” contenha enunciados complexos, atrelados à carga pejorativa construída, ao longo do tempo, pelo racismo estrutural da sociedade brasileira, a prática

religiosa em questão parece ser hegemônica na região metropolitana do Recife e adjacências. Assim, mesmo que o povo-de-santo preferira se definir como “umbandista”, em favor de uma suposta legitimidade superior perante o conjunto social, este tipo de comunidade abrange um contingente populacional poroso e diversificado.” (Grimião, 2019)


Me parece, do mesmo jeito que Werá sente a necessidade de nos reforçar que animismo não é “coisa de crença”, que o sacrifício de abrir mão de partes da identidade original, por mais complexa que seja, que é o próprio nome da religião, em busca de uma suposta validade diante de outras visões sobre os corpos envolvidos naquela identidade, é reflexo, novamente, da frieza e do distanciamento social promovidos pelos ferimentos abertos ao cotidiano na sociedade brasileira capitalista e remanescente colonial. Colonial, hoje, não é mais atrelado ‘puramente’ a percepção de trabalho de escravizados e pessoas sequestradas de seus países, mas persiste em “adaptações sutis” e violentas como essas, assim como em racismo ambiental, violência policial e socioeconômica e vários outros exemplos que impossibilitam a vivência de um cotidiano presente e digno.

A camada Anímica, no trabalho de Werá sustenta “a nós mesmos”, vem do Raio Tupânico, ou Raio de Tupã (5), estrutura

que nos é dada pelas forças da natureza, pelos elementos, e nos proporciona força vital. Fogo, Terra, Ar e Água são elementos fundantes do espírito e também do corpo humano. Posteriormente a isso, Werá nos indica um fundamento mais próximo do lido como científico-biológico na sociedade Ocidental na camada Genealógica: representa certa constelação familiar, é o fator do organismo físico oriundo de pais, avós, família e afins. A minha proposição de reflexão é que apliquemos a perspectiva animista em uma análise para definir o caráter da ancestralidade brasileira, que aqui pode ser referida a camada da Ancestralidade Cultural, com base no trabalho de Werá.

O contexto de esquecimento proposital, o apagamento da violência na história da colonização do Brasil, e como se resistiu a ela, e o processo complexo de viver a miscigenação são fatores que não passam despercebidos nas noções de ancestralidade populares, visto que a camada Genealógica, para o povo brasileiro, parece, atualmente, ser uma das mais importantes, pelo crescimento de consciência sobre as origens das famílias – um fator que sofreu e sofre ainda de muito distanciamento e “desaparecimento”. Apesar de tudo, penso que propor a ancestralidade como um Corpo de Consciência nos coloca um passo adiante em nos conectarmos com a resistência contra os dispositivos de violência e controle. No âmbito artístico e cotidiano, acredito que pensar a presença de essência em quaisquer objetos através de um

5 *Tupã Tenondé, a grande expressão do sagrado para o povo Guarani. Se apresenta um mensageiro divino, que vem da morada de Tupã, quando quer transmitir uma orientação espiritual importante ou um sinal de proteção, de presença, de indício de caminho correto.* (Kaká Werá, 2020) Adaptado do livro “Tupã Tenondé: a criação do Universo, da Terra e do Homem segundo a tradição oral Guarani”. Sopro de vida.



contato, que considera o próprio ato do toque, do fazer, e do usar, nos coloque também à frente da frieza a que me refiro. Resgata cuidado e presente.

Outra questão é o diálogo ativo entre regionalidades e povos indígenas e tradicionais locais, que estão constantemente à mercê de ameaças e fetichizações, como se não integrassem o mundo Ocidental como pessoas, mas como fábula e mitologia. Existe também a popularização de questões como a das pessoas que apresentam “traços negroides” e “traços indígenas” vistas como pessoas não-brancas e até brancas também. Apesar de um grande número de pessoas tentar saber o que isso significa, esses fatores também acabam significando apenas nada, já que não existe conexão genealógica comprovada ou territorial por justificativa de apagamento, afastamento, diáspora e principalmente ausência de diálogo com comunidades tradicionais. Penso que apontar possíveis “traços” baseados em impressões físicas, no caso brasileiro, significa apenas que grande parte de nós tivemos um passado compartilhado e não discute ancestralidade ou a coloca em exercício de verdade.

A falta de um funcionamento integrado às comunidades tradicionais de percepções de modos de vida diferentes, nos coloca novamente em posição de rigidez, congelamento. A obsolescência programada, os objetos em constante modificação, a facilidade em deixar de lado qualquer objeto para obter outro melhor, são fatores muito frequentes e componentes da realidade do mundo Ocidental, por exemplo, que mesmo viver na periferia do mundo e no Sul Global não nos isenta de alimentar. Recuperando o que eu tinha dito brevemente antes, dentro do ramo da arte contemporânea, existe a

contraposição de formas artísticas legítimas, como arte e artesanato. Eu questiono se, mudando a relação de como lidamos com os objetos (aqui não me refiro exclusivamente a objetos naturais, mas todo tipo de objeto, inclusive e, principalmente, os objetos cotidianos) significaria mais uma mudança adaptativa dentro da dinâmica do sistema capitalista ou o extinguiria. Em quesito de produção de plástico, por exemplo, certamente o mundo da arte sofreria alterações mais expressivas do que as que já vem sofrendo com a consideração de tal discussão. Mais valorizados, os objetos de afeto nos ajudariam a regravar nossa vida em contato com o agora, com a geração de significados e reflexões sobre identidade e até nossas relações com a produção de lixo.

Quando penso sobre essência, objetos e diálogo, revisito os escritos de Isabel Stengers (2012): É preciso reativar o animismo. Acredito que Werá nos proporciona seu trabalho ‘Cuidar da Ancestralidade’ com sua explicação sucinta para, em resumo, nos dizer que é necessário cuidar, a ancestralidade é viva. Tendo um Corpo, ela precisa respirar e observar ao redor e viver junto conosco através de nós. Pensar animismo, para mim, vai além de entender que todos os objetos têm essência, apesar de se demorar um pouco nisso. Isabel Stengers nos apresenta uma perspectiva interessante que transita nesta noção de importância que eu quero também salientar. E valoriza o animismo, talvez, de uma forma semelhante a que eu valorizo. Ela escreve:

Reativar significa reativar aquilo de que fomos separados, mas não no sentido de que possamos simplesmente reavê-lo. Recuperar significa recuperar a partir da própria separação, regenerando o

que a separação em si envenenou. Assim, a necessidade de lutar e a necessidade de curar, de modo a evitar que nos assemelhemos àqueles contra os quais temos de lutar, tornam-se irremediavelmente aliadas. Deve-se regenerar os meios envenenados, assim como muitas de nossas palavras, aquelas que – como “animismo” e “magia” – trazem com elas o poder de nos tornar reféns: você realmente acredita em...?” (Stengers, 2012)

Quando eu penso em cotidiano, animismo e ancestralidade brasileira, eu penso em uma abolição do Tempo como conhecemos e, ao mesmo tempo, eu penso em uma adaptação do Cuidado. E eu penso em uma ancestralidade ativa. Eu penso em, além de animar, personificar. Eu acredito que a principal característica do animismo no contexto da ancestralidade brasileira é que ele é amoldado. Por ser vivo, consegue mudar, camuflar, se alimentar, viver e sobretudo, sobreviver.

Eu penso, por exemplo, em práticas de terreiro e em aldeias e quilombos, terras demarcadas e comunidades afins, onde o tempo e a valorização do cotidiano e, conseqüentemente, também as relações de cuidado, não se assemelham em nada conhecido pelos integrantes peça-produtores da sociedade Ocidental.

E onde há ainda maior incidência de casos de serem alvo de violências provenientes de intolerâncias, onde as terras são destruídas, invadidas, perseguidas e desrespeitadas, assim como a própria memória de suas práticas religiosas. Eu penso em objetos de

afeto e afetos que podemos carregar pela vida, objetos que abraçamos, objetos que vestimos, objetos que usamos para comer, dormir, rezar, compartilhar, observar, enfeitar, enfeitiçar...

Animismo, dentro do contexto brasileiro, é o Corpo de Consciência coletivo, mas ele em si é uma personificação viva de uma situação ao mesmo tempo pessoal e plural. Werá, quando cita a camada da Ancestralidade Cultural que ancora um dos níveis de consciência do Corpo, fala de todas as pessoas membros da grande ramificação que é viver no Brasil. Porém, a memória coletiva é mistificada e enevoadá. A narrativa histórica sempre foi disputa. Como caracterizar uma essência diante da dissociação de quem se é? Como visitar o conto de uma memória manipulada? Consideremos que a memória não se constrói apenas de fatos e evidências do que realmente aconteceu, porém significações e fantasias do que realmente está disposto a nós. A nossa memória também é fabricada, pois a vida é composta de aprendizados por afetos. O ancestral sobrevive através da conexão entre as pessoas. Cuidar da ancestralidade significa cuidar de um Corpo que é observável através de exercer o olhar ao outro e logo olhar a si mesmo. Compartilhar essência pelo toque de viver. Podemos fazer isso por ações e essas ações podem envolver objetos cotidianos, objetos especiais.

Sobretudo, eu penso que o caráter da ancestralidade brasileira é anímico, para além da significação da tradição Tupi que nos proporciona um sentido muito mais relativo à cosmopercepção da raiz de nações inteiras, porque me agrada pensar que é possível que a nossa ancestralidade seja também antropofágica.

Eu penso que é preciso canibalizar noções de pessoa já formuladas por completo para que nós possamos firmar nossos pés na terra, para que a terra nos reivindique e nos mostre que é possível recuperar o presente e daí pensarmos respeito e identidade, porque recuperaríamos o espírito, recuperaríamos o senso de comunidade que nos é arrancado pelo ciclo de violência ininterrupta.

O ancestral não deveria sobreviver, com muito custo, através de rótulos adaptados sobre práticas religiosas diversas, mas deveria ter abertura para nos presentificar.

O exercício do espírito ancestral e o seu cuidado se dá com a sacralidade do cotidiano, onde podemos nos enxergar com gentileza e transformar nossos afetos em concretudes palatáveis que também alimentam o espírito.

Transitar entre permitir que a Ânima do espírito adentre o dia a dia e a ânsia antropofágica deste espírito consuma, para que esse espírito destrua com os dentes a pressa do tempo-capital e a definição de identidade imposta. Processe através de uma digestão considerada se vale a pena viver uma vida isolada. Permitir que nós esqueçamos quem somos e, ao mesmo tempo, voltemos para buscar, nos aproxima de enxergar as pessoas à nossa volta com mais translucidez. O esforço de viver melhor torna-se coletivo.

Penso que é preciso canibalizar a pessoa em nós que vive com pressa e vergonha, que nos subjulga por dinheiro e que, frequentemente, se empurra em abandonar o senso de comunidade.

Penso que através dos outros, através de conversas, trocas de vivências, perguntas, reflexões e raiva também, bastante raiva, podemos nos compreender melhor. É preciso que a antropofagia aconteça para que cuidemos do nosso Corpo de Consciência e da nossa consciência física. É preciso canibalizar para enxergar.



Máscara Africana. Imagem de Blackwaterimages, disponível no Canva

Referências

ALBERT, Bruce. O ouro canibal e a queda do céu. **Pacificando o branco: cosmologias do contato no Norte-Amazônico**, p. 239, 2002.

BIRD-DAVID, Nurit et al. “ANIMISMO” REVISITADO: PESSOA, MEIO AMBIENTE E EPISTEMOLOGIA RELACIONAL. **Debates do NER**, p. 93-171, 2019.

DE OLIVEIRA PIZA, Suze; PANSARELLI, Daniel. Sobre a descolonização do conhecimento: a invenção de outras epistemologias. **Estudos de Religião**, v. 26, n. 43, p. 25-35, 2012.

JECUPÉ, Kaka Werá. **Tupã Tenondé: a criação do Universo, da Terra e do Homem segundo a tradição oral Guarani**. Editora Peirópolis LTDA, 2020.

KAKÁ WERÁ: Cuidar da ancestralidade. Acesso em dezembro de 2023. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=4_VOWMma15E&ab_channel=Kak%C3%A1Wer%C3%A1.

LUNA, Eduardo. Biosfera, antropoceno e animismo ameríndio. **Caderno Selvagem**, 2018.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. Dicionário de tupi antigo: a língua indígena clássica do Brasil. São Paulo: Global. 2013. p. 245

SILVA, Elizabeth C. Paiva. Um olhar aprisionado na imagem-máquina: as novas tecnologias virtuais de transmissão de imagens e sua ação diluidora de uma visão do real. **Arte & Ensaio**, v. 7, n. 7, p. 205-206.

STENGERS, Isabelle. Reativar o animismo. **Caderno de leituras**, v. 62, p. 1-15, 2017.

TUCK, Eve; YANG, K. Wayne. La descolonización no es una metáfora. **Tabula Rasa**, n. 38, p. 61-111, 2021.

77 Representação do grafismo Kayapó que se refere à onça e que significa “homem longe de casa” (ref). por Carlos Pereira, 2023